O historiador e o livro escolar[1]

Alain Choppin

Resumo

Durante muito tempo negligenciada, a literatura escolar suscitou, nos últimos vinte anos, um vivo interesse entre os historiadores. Após expor as causas desse desinteresse e os motivos pelos quais se multiplicam atualmente no mundo os trabalhos sobre o livro e a edição escolares, o autor tenta mostrar a riqueza e a complexidade da fonte histórica que constituem os manuais. Esboça um histórico crítico da pesquisa internacional e tenta, a partir daí, tirar as principais tendências atuais. Traça um paralelo entre a pesquisa historiográfica tradicional e nacional, fundamentada sobre o postulado da eficiência do manual, e uma pesquisa histórica globalizante, que tomando em conta o conjunto contextual, prende-se a uma concepção "ecológica" do manual. Após haver indicado algumas das dificuldades de natureza metodológica, com as quais os pesquisadores podem se deparar, o autor lembra que o manual é antes de mais nada um instrumento – em suma complexo -, e que a análise de seus conteúdos é indissociável de seus usos, reais ou supostos. O artigo apresenta uma abundante bibliografia internacional.

Palavras-chaves: História da Educação; Manuais Escolares; Edição e Editores; Análise de Conteúdo; Metodologia.

Résumé

Longtemps négligée, la littérature scolaire scolaire suscite depuis une vingtaine d'années un vif intérêt chez les historiens. Après avoir exposé les causes de cette désaffection et les motifs pour lesquels se multiplient aujourd'hui dans le monde les travaux sur le livre et l'édition scolaires, l'auteur tente de montrer la richesse et la complexité de la source historique que constituent les manuels. Il brosse un historique critique de la recherche internationale et tente d'en dégager les principales orientations actuelles. Il oppose une recherche historiographique traditionnelle et nationale, fondée sur le postulat de l'efficience du manuel, et une recherche historique globalisante, qui, prenant en compte l'ensemble du contexte, s'attache à une conception « écologique » du manuel. Après avoir indiqué quelques-unes des difficultés de nature méthodologique auxquelles peuvent être confrontés les chercheurs, l'auteur rappelle que le manuel est avant tout un outil - au demeurant complexe - et que l'analyse de ses contenus est indissociable de celle de ses usages, réels ou supposés. L'article comporte une bibliographie internationale nourrie.

Mots-clefs : Histoire de l'éducation; Manuels scolaires; Edition et éditeurs; Analyse de contenu; Méthodologie .

[1] "L'historien et le livre scolaire", especialmente escrito para a revista História da Educação. Tradução de Maria Helena Camara Bastos.

O historiador e o livro escolar

Durante muito tempo negligenciada, a pesquisa histórica sobre o livro e a edição escolares conhece, há uns vinte anos, avanços consideráveis em um número cada vez mais significativo de países. O fato da *Associação Internacional de Historiadores da Educação* (ISCHE) consagrar seu último congresso ao tema "O livro e a Educação" constitui, assim, um testemunho inequívoco.[2] Mas por que esse campo de investigação esteve por tanto tempo abandonado e provoca, somente agora, tanto interesse? Quais foram e quais são as principais obras, as principais orientações? Que cuidados se impõem ao historiador que toma os manuais escolares como objeto de estudo?

Um setor por muito tempo negligenciado

O descaso que os bibliógrafos ou amadores de livros tiveram pelos manuais não surpreende em nada. Vários fatores concorreram para suscitar e manter esse desinteresse. Alguns decorrem do próprio status do manual.

Inicialmente, para os contemporâneos, alunos, pais ou, a fortiori, professores, os livros escolares participam do universo cotidiano: eles não apresentam nada de raro, exótico, singular; parecem mesmo intemporais, na medida em que transcendem a clivagem entre as gerações. Essa banalidade, familiaridade, proximidade conferem às obras escolares menos valor visto que são produzidas, hoje em grande quantidade, dezenas de milhões de exemplares, atualmente, em países como a França[3]..., ou, até mesmo, bilhões de exemplares, como na China [4]. O considerável volume de tiragens, mas também as subvenções, diretas ou indiretas, cuja produção é beneficiada, em grande número de países, contribuem para fazer dos manuais escolares produtos editoriais comparativamente pouco onerosos e, portanto, pouco valorizados.

Os livros escolares são também mercadorias perecíveis. Perdem todo valor de mercado assim que uma mudança nos métodos ou nos programas fixam sua prescrição ou, ainda, quando fatos atuais impõem-lhes

[2] « El Libro y la Educación ». XXIIe Congrès de l'ISCHE (International Standing Conference of the Historians of Education). Alcalá de Henares (Espagne), 6-9 septembre 2000.

[3] Em 1999, a produção francesa elevou-se à 71,2 milhões de exemplares (Fonte: Syndicat national de l'édition. *L'édition de livres en France*. Paris: SNE, p.37).

[4] Um pouco mais de dois bilhões e meio para o ano de 1996.

modificações, como ocorreu após a queda do muro de Berlim ou, como acontecerá no próximo ano, na maioria dos países da União Européia, por ocasião da passagem ao euro. Também, nas sociedades ocidentais modernas, os livros escolares são vistos pelos contemporâneos como objetos de consumo pedagógico: é assim que os produtos do setor paraescolar/paradidático (os anais de exame, os cadernos de férias, etc.) são hoje assimilados desde os profissionais até os "consumidores".

Os livros de classe são também vítimas de seu sucesso: o desenvolvimento da instrução popular, a instauração do princípio da obrigatoriedade escolar em um grande número de países industrializados e, mais recentemente, a democratização do ensino e a extensão da escolarização, levaram a uma produção editorial cada vez mais massiva. Por outro lado, a hierarquização dos níveis de ensino, a multiplicação das disciplinas e das especializações, e, nos países onde a edição escolar é da alçada do setor privado, a concorrência seguidamente encarniçada a que se entregam as empresas, contribuem para inflacionar o número de títulos disponíveis. Assim, na França, às vésperas da promulgação das leis escolares, em 1879, Ferdinand Buisson já assinalava "a incessante, a inesgotável produção dos livros clássicos"[5]. Em julho de 1888, 1531 títulos estavam sendo usados somente nas classes do ensino primário elementar. Recentemente, muitos manuais tiveram um número impressionante de reedições e de reimpressões (duas noções, aliás, freqüentemente confundidas propositalmente pelos editores)[6], mas desde 1960, a longevidade das obras de classe foi consideravelmente reduzida: a aceleração do ritmo do progresso econômico, social, técnico e cultural, suscita a massificação do ensino e o desenvolvimento de inovações pedagógicas, e o recurso às novas tecnologias favoreceram, em inúmeros países, a renovação da produção, o crescimento e a diversificação da oferta editorial.[7]

---

[5] Relatório apresentado por Ferdinand Buisson à M. le Ministre de l'Instruction publique sur l'admission des livres dans les écoles primaires publiques le 6 novembre 1879. *Bulletin administratif du Ministère de l'Instruction publique (nouvelle série)*, tome 18, n° 370, p. 681-683.

[6] Podemos citar, entre outros títulos: *Der Kinderfreund*, de Friedrich Eberhard von Rochow, publicado pela primeira vez em 1776 na Alemanha; *Le Tour de la France par deux enfants, Devoir et patrie*, de G. Bruno, que na França teve 432 edições pela editora Belin, em oitenta e três anos de produção (1877-1960); *Läsebok för folkskolan*, publicado na Suécia em 1868 e reeditado até 1922; *Latin Primer*, de Benjamin Kennedy, que diversas versões dominaram o mercado britânico de 1866 até os anos de 1920; *Cuore*, de Edmondo de Amicis, para a Itália que, publicado em 1886, alcançou um milhão de exemplares em 1923; *Juanito*, para a Espanha, uma adaptação do *Giannetto*, de Luigi Alessandro Parravicini, publicado pela primeira vez na Itália em 1837; *The New England Primer* ou ainda os *McGuffey Eclectic Readers* que tiveram 122 milhões de exemplares vendidos nos Estados Unidos entre 1836 e 1920; etc.

[7] Na França, o número de *novidades* propostas anualmente foi multiplicada por mais de cinco em aproximadamente quarenta anos (450 no fim dos anos 1950, 2457 em 1999). Esse fenômeno é ainda mais marcante na Espanha como na Itália, países comparativamente menos populosos.

Também a banalização, a abundância e a ampla difusão das produções escolares dissuadiram, evidentemente, conservadores e amadores de livros de toda veleidade patrimonial: os livros de classe, que ocupam o segundo lugar, logo após a imprensa periódica, quanto ao consumo de papel, acham-se assim, paradoxalmente, ameaçados de desaparecimento físico. A profusão de títulos, mas também a longevidade e a multiplicidade de reedições que caracterizaram os manuais até as últimas décadas, não instigaram os bibliógrafos a empreender trabalhos de catalogação comparáveis àqueles que dizem respeito aos incunábulos ou às edições raras: até os anos 1960, as bibliografias ou os catálogos especificamente consagrados à literatura escolar são, por sua vez, muito raros e muito parciais[8].

O pouco interesse demonstrado, até estes últimos vinte anos, pelos manuais antigos e pela sua história decorre não somente das dificuldades de acesso às coleções, mas também de sua incompletude e sua dispersão. Ou talvez, ao contrário, devido a grande quantidade de sua produção, a conservação dos manuais não foi corretamente assegurada.

É o caso em um país reputado e centralizado como a França, no qual a obrigação do depósito legal, instaurado em 1543, foi, portanto, objeto de particular atenção das autoridades, desde 1810: os livros de classe não estiveram sempre submetidos ao mesmo rigor que as outras publicações impressas, especialmente aqueles que se destinavam ao ensino primário. Se a Bibliothèque Nationale de France detém, hoje, pelo menos um exemplar de 85 a 90% dos títulos publicados, está muito longe de conservar o conjunto das edições; situação idêntica ocorre com a biblioteca do Institut National de Recherche Pédagogique, beneficiada com o depósito legal

[8] Podemos distinguir três categorias:
Primeiramente, os catálogos que descrevem um fundo particular, como Packer, Catherine H. *Early American School Books : a bibliography based on the Boston booksellers' catalogue of 1804*. Ann Arbour : University of Michigan, 1954, V-47p. ;
em seguida, bibliografias que se interessam as disciplinas que participam dos cursos educativos tradicionais, como gramática: Stengel, Edmund. *Chronologisches Verzeichnis französischer Grammatiken*. Oppeln, 1890, X-250p. ; Murray, David. *Some early Grammars and other School Books in use in Scotland*. Glasgow ; The Royal Philosophical Society of Glasgow, vol. XXXVI-XXXVII, 1904/5-1905/6 ; Watson, Foster. The English grammar schools to 1660 : their curriculum and practice. London : Cass, 1968, X-548 p. cuja primeira edicao, em Cambridge, remonta a 1908 ; ou as matemáticas : Simons, Lao Genevra. *Bibliography of early American textbooks on algebra published in the colonies and the United States through 1850*. New York : Scripta mathematica, Yeshiva college, 1936, 1-68 p. (Scripta mathematica studies ; 1) ;
enfim, os trabalhos de recenseamento que se inscrevem em uma reflexão global sobre a identidade nacional ou cultural, como Heartman, Charles Frederick. *American primers, Indian primers, Royal primers, and thirty-seven other types of non-New-England primers issued prior to 1830; a bibliographical checklist embellished with twenty-six cuts, with an introduction & indexes compiled by Charles F. Heartman*. Highland Park (New Jersey) : H. B. Weiss, 1935, XX, 21-159 p. ; Arjona, Doris King & Arjona, Jaime Homero. *A Bibliography of Textbooks of Spanish published in the United States (1795-1939)*. Ann Arbor (Michigan) : Edwards Brothers, 1939, IV-219p. ; Elson, Ruth Miller. *Guardians of Tradition, American Schoolbooks of the Nineteenth Century*. Lincoln : University of Nebraska Press, 1964, XIII-424p. ; etc.

desde 1927, e o Musée National de l'Éducation, implantado em Rouen, onde são respectivamente conservados em torno de um terço e de um quarto das obras publicadas depois da segunda metade do século XIX.

A situação é naturalmente ainda mais problemática nos países em que a unidade é recente, que concedam ou não, hoje, um espaço significativo às particularidades regionais ou locais: as bibliografias nacionais foram constituídas tardiamente e as obras que subsistem, quase nunca repertoriadas, encontram-se espalhadas nas bibliotecas, geralmente próximas do seu local de produção[9]. Mas, as coleções de certa importância são raras, geralmente pouco conhecidas e, na maioria das vezes, muito lacunares e não tinham sido postas em valor até agora.[10]

Por não poder localizar fisicamente exemplares, podemos encontrar traços indiretos das produções escolares. Mas, para um pesquisador que trabalha só, os obstáculos são também abundantes: a análise das bibliografias gerais aparece logo como uma tarefa gigantesca, desproporcional e pouco confiável ao olhar de descrédito de que os manuais escolares são tradicionalmente vítimas; os catálogos das editoras clássicas, capazes de justificar a evolução de sua atividade, foram conservados de maneira muito aleatória[11]. Quanto aos arquivos das editoras – um grande número está irremediavelmente desaparecido devido a falências ou cedências -, eles foram, em muitos casos, destruídos ou dispersados. A reconstituição da produção poderia ainda passar pelo exame dos extratos de catálogos anexos aos manuais ou reproduzidos na capa, ou ainda, pela publicidade ou as resenhas inseridas na imprensa pedagógica especializada (o que supõe ter encontrado os títulos); isto é, em todos os casos, um trabalho de inventário prévio evidentemente bem dissuasivo.

---

[9] Esta constatação repousa, para a Europa, sobre o recenseamento das coleções de manuais que, realizamos em 1992 no programa intitulado "manuels scolaires: une recherche européenne, des patrimoines nationaux"; as informações que dispomos hoje sobre o resto do mundo confirmam que, salvo algumas notáveis e recentes exceções, a conservação dos livros de classe foi negligenciada em todos os lugares, mesmo para o período mais recente, a despeito da recomendação n. 48 da XXII Conferência Internacional de Instrução Pública em Genebra, convocada pela Unesco e o Bureau International d'Éducation, em 1949.

[10] "Como conhecer de fato, inicialmente, a existência desses documentos, como os referenciar, e como os explorar se nenhum catálogo assinala sequer a sua existência e não fornece a descrição". *Catalogue des manuels québécois*. Québec: Université Laval, 1983. Avant-propos.

[11] Esteban, León. Los catálogos de librería y material de enseñanza como fuente iconográfica y literario-escolar. *Historia de la Educación*, 1997, n° 16, p. 17-46 ; Chiosso, Giorgio. Un catalogo scolastico di metà ottocento, la Tipografia Sebastiano Franco, *in* Chiosso, Giorgio (a cura di). Il Libro per la scuola tra Sette e Ottocento. Brescia : Editrice La Scuola, 2000, p. 109-145

O livro escolar, novo objeto de história

Se os manuais foram por muito tempo negligenciados pelos historiadores, é também porque foram considerados como simples espelhos da sociedade do qual procedem – uma concepção de resto bem ingênua - ou como vetores ideológicos e culturais. Esta é a constatação feita por Hilda Coeckelberghs, em uma das primeiras reflexões feitas sobre o manual como objeto histórico: « *Bisher würde bei der historischen Schulbuchanalyse das Schulbuch vorwiegend als Quelle für die Rekonstruction des Zeitsgeistes oder des Geschichtsbildes einer bestimmten Epoche benütz.* »[12]. Como os manuais aparecem essencialmente como instrumentos poderosos da constituição identitária dos Estados Modernos[13], o interesse que lhe foi dado, de início, pela comunidade científica foi de ordem política e humanista: desde o fim do século XIX, um certo número de historiadores esforçaram-se em denunciar nos livros de classe contemporâneos, os préjulgamentos nacionais e os estereótipos susceptíveis de despertar, conservar ou reativar os sentimentos de hostilidade entre os povos.[14]

Os trabalhos, os mais acadêmicos, que tratam dos manuais antigos não aparecem antes de 1960, nos países anglo-saxões (Inglaterra e Estados Unidos, essencialmente), na Alemanha, nos Países Nórdicos, no Japão e na França. Esses trabalhos inscrevem-se em um contexto peculiar: as seqüelas da Segunda Guerra Mundial, a descolonização, a "Guerra Fria", a democratização dos sistemas educativos e a sensível aceleração dos progressos técnicos colocaram em questão um certo número de valores tradicionalmente admitidos. Mas, durante quase vinte anos, o essencial da produção científica dos historiadores fica confinada na análise do conteúdo das obras de sua própria disciplina, ou no estudo da imagem que os manuais antigos de leitura, de instrução cívica ou, ainda, de geografia[15], apresentam

---

[12] "Até agora, na análise histórica do livro escolar, este foi usado predominantemente como fonte para a reconstrução do espírito da época ou da visão de história de determinada época". Coeckelberghs, Hilde. Das Schulbuch als Quelle der Geschichtsforschung : methodologischen Überlegungen, *Internationales Jahrbuch der Geschichts- und Geographie Unterricht*, XVIII, 1977-1978, p. 9.

[13] Kuhn, Leo (Hrsg.). Schulbuch, ein Massmedium : Informationen, Gebrauchsanweisungen, Alternativen. Wien ; München : Jugend & Volk, 1977, 173p.

[14] Uma rica literatura é consagrada a este aspecto. Ver notadamente: Lauwerys, J.-A., *Les Manuels d'histoire et la compréhension internationale*. Paris : Unesco, 1953, 87p. ; Dance, Edward Herbert, *History the Betrayer. A Study in Bias*. London : Hutchinson, 1960, 162p. ; Schüddekopf, Otto Ernst, *History teaching and history teaching revision*. Strasbourg : Council for Cultural Co-operation of the Council of Europe, 1967, 235p. Esses trabalhos de comparação internacional conheceram um forte desenvolvimento desde 1945, especialmente sob a égide da Unesco e de Georg-Ecker- Institut fur Internationale Schulbuchforschung de Braunschweig, na Alemanha

[15] Os trabalhos conduzidos pelo Georg-Eckert- Institut tratam, ainda hoje, quase exclusivamente essas disciplinas. A bibliografia publicada anualmente na sua revista *Internationale Schulbuchforschung*, não recenseia por outro lado as publicações cientfficas relativas aos manuais de história, de geografia, de ciências sociais (Sozialkunde) e de leitura.

da sociedade[16]. Assim, quase metade das publicações consagradas, na França, à história do livro e à edição escolares, antes de 1980, se inscrevem em uma perspectiva sociológica.[17] Além de sua característica reduntante, muitas dessas produções não escapam à mediocridade: sofrem de graves insuficiências metodológicos, apresentam análises superficiais e chegam, muitas vezes, a conclusões discutíveis, até mesmo infundadas. Analisando a produção anglo-saxônica, G.H. Harper chega, em 1980, a mesma constatação penosa: « *It is to be regretted that a number of studies appeared in the 1960s of which we must hope not to see the like again. The general point was to embroider a chronological list of the textbooks, sometimes omitting those of subjects non taught in present day schools, with a randomly selected, trivial, and anecdotal commentary ; sometimes there was not even a bibliography of the texts mentioned. These studies tended also to be badly written, apparently not proof-read, and based on naive assumptions of the seminal role of the textbook in moulding the leaders and general civilisation of the country involved.* » [18]

É no decorrer dos anos 1970, que os historiadores começam a manifestar um real interesse pelo livro e pela edição escolares. O fim da década testemunha essa tomada de consciência com a publicação, quase concomitante, de contribuições que sublinham a importância que revestiu o manual como fonte para os historiadores da educação, em diferentes países. Em 1978, uma pesquisadora da Universidade Livre de Bruxelas publica na *Internationales Jahrbuch der Geschichts- und Geographie Unterricht*, título que tinha então a revista do Georg-Eckert-Institut, um longo artigo sobre o livro escolar como fonte da história das mentalidades. Depois de estabelecer um rápido balanço da pesquisa histórica sobre o livro escolar, Hilde

---

[16] Na Franca, esse tipo de análise de conteúdo representava quase a metade das publicações científicas ocorridas entre 1960 e 1980. A primazia das análises de conteúdo na produção científica é uma característica comum a todos pesquisadores que, no mundo, se interessaram pela produção escolar, seja em uma perspectiva histórica ou não. Sobre esta questão, ver Johnsen, Egil Børre. *Textbooks in the Kaleidoscope. A Critical Survey of Literature and Research on Educational Texts*. Oslo : Scandinavian University Press, 1993.

[17] Choppin, Alain. L'Histoire des manuels scolaires : un bilan bibliométrique de la recherche française, *in* Alain Choppin (Dir.). Manuels scolaires, États et sociétés XIXe-XXe siècles. *Histoire de l'éducation*, mai 1993, numéro spécial 58, p. 165-185. Esse estudo colocava também em evidência a recomendação de que usufruiam então as disciplinas literárias (particularmente a história) e o interesse manifestado pelas obras do ensino primário e pelas do fim do último século. Comparando-se a produção científica francesa das décadas 1960 e 1970 com a dos anos 1980-1993, a parte dos estudos ideológicos e sociológicos passa de 47,2% para 34,7%.

[18] " É de se lamentar o número de estudos que apareceram na década de 60, que esperamos não ver de novo. O ponto central era fazer uma lista dos manuais, algumas vezes omitindo aqueles assuntos não ensinados em escolas hoje em dia, com comentários triviais, anedóticos e aleatoriamente selecionados; algumas vezes não havia nem mesmo uma bibliografia dos textos mencionados. Esses estudos mostravam uma tendência - eram mal escritos, aparentemente não revisados e baseados em pressupostos ingênuos do papel rudimentar dos manuais na moldagem dos líderes e da civilização geral do país". Harper, G. H. Textbooks : an under-used Source, *History of Education Society Bulletin*, 25, 1980, p. 31.

Coeckelberghs esforça-se em determinar certas características próprias ao manual escolar e examina os principais métodos de análise (qualitativos e quantitativos) aos quais recorrem, então, os pesquisadores que tomam o livro escolar como objeto de estudo.[19] No ano seguinte, aparece na Nova-Zelândia um artigo que expõe como a análise dos manuais neozelandeses do fim do século XIX pode contribuir para o conhecimento da história da educação neste país.[20] Alguns meses mais tarde, são publicados dois artigos, um na França e outro na Grã-Bretanha que, após estabelecer um rápido levantamento da pesquisa nos respectivos países, discutem questões de métodos e propõem uma série de pistas de pesquisa[21]. Essas idéias deviam ser retomadas e discutidas nos anos seguintes por numerosos pesquisadores, especialmente na Espanha[22], na Grécia[23], na Noruega[24], em Portugal[25], na Colômbia[26], na Itália[27], ...

O dinamismo, comprovado nesse campo de pesquisa, há mais de vinte anos, resulta da convergência de fatores de natureza diversa:

• inscreve-se, em primeiro lugar, no desenvolvimento ocorrido, depois dos anos 1960, nos estudos em história da educação e que testemunham tanto a criação de publicações periódicas específicas como as associações nacionais e internacionais. Mas, de uma maneira mais geral, a história do livro e da edição escolares beneficia-se do interesse que manifestam, nessas últimas décadas, os historiadores de profissão como os curiosos de história pelas questões educativas: assim, na França, entre 1962

---

[19] Coeckelberghs, Hilde, *op. cit.*, p. 7-29.

[20] Mc George, C. M. The Use of School-Books as a Source for the History of Education, 1878-1914. *New Zealand Journal of Educational Studies*, XIV, 1979, n° 2, p. 138-151.

[21] Choppin, Alain. L'histoire des manuels scolaires : une approche globale, *Histoire de* l'éducation, n° 9, décembre 1980, p.1-25 ; Harper, G. H. *op. cit.*, *History of Education Society Bulletin*, 25, 1980, p. 30-40. O primeiro anuncia os campos que serão abertos no quadro do programa de pesquisa *Emmanuelle* ; o segundo, que luta pela escrita de um « Guia para a pesquisa histórica sobre os manuais escolares», terá um papel essencial no desenvolvimento do *Colloquium for Textbooks* , alguns anos mais tarde. Sobre estas questões, ver também Choppin, Alain. L'historien face aux manuels. *Documents pour l'histoire du français langue étrangère et seconde*, n 4, décembre 1989, p. 4-7.

[22] Delgado, Buenaventura. Los libros de texto como fuente para la historia de la Educación. *Historia de la Educación*, n° 2, 1983, p. 353-358. O artigo retoma no essencial o conteúdo da contribuição de G. H. Harper.

[23] Koulouri, Christina. Scholika encheiridia kai historike ereuna [= Manuais escolares e pesquisa histórica], *Mnemon*, 11, 1987, p. 219-224.

[24] Johnsen, Egil Børre. *op. cit.*, p. 58-60. O autor , que analisa o conteúdo do artigo publicado em 1980 na revista *Histoire de l'éducation*, precisa: « É o único estudo teórico um pouco maior que existe sobre o assunto ».

[25] Pereira de Magalhães, Justino. Um apontamento para a história do manual escolar entre a produção e a representação, *in* Vieira de Castro, Rui ; Rodrigues, Angelina ; Silva, José Luís ; Dionísio de Sousa, Maria Lourdes (org.), *Manuais escolares : Estatuto, Funções, História. Actas do I Encontro internacional sobre manuais escolares.* Braga : Universidade do Minho, 1999, p. 279-302 .

[26] Alzate Piedrahita, María Victoria ; Gómez Mendoza, Miguel Angel ; Romero Loaiza, Fernando. Textos escolares y representaciones sociales de la familia. I. Definiciones, Dimensiones y Campos de investigación. Santafé de Bogotá : UTP, 1999, p.28-38.

[27] Bianchini, Paolo. Una fonte per la storia dell'istruzione e dell'editoria in Italia : il libro scolastico. *Contemporanea*, III, n°1, janvier 2000, p. 175-182.

e 1985, a parte da história do ensino na produção histórica global foi multiplicada por três[28];

• participa, em segundo lugar, dos avanços que conhece a história do livro desde 1980: toda uma série de estudos importantes foram publicados ou estão sendo publicados sobre a história da edição contemporânea; a aparição dos tomos 3 e 4 de *L'Histoire de l'édition française*[29], recentemente seguida de *L'Edition française depuis 1945*[30], constituíram um modelo de referência para numerosos outros países e tiveram um papel considerável nesse processo de desenvolvimento, operando a síntese dos trabalhos anteriores e das pesquisas em curso e balizando imensos territórios até então pouco ou ainda não explorados[31];

• é, enfim, indissociável do progresso das técnicas de armazenamento e de tratamento da informação e, em particular, da rapidez e desenvolvimento, a partir do início dos anos 1980, dos sistemas de gerenciamento de base de dados que, sozinhos, podiam trazer uma solução adaptada à gestão e ao tratamento de grande quantidade de documentos. Mas, sobretudo, permitindo capitalizar, tratar e difundir os dados, o acesso a uma ferramenta informática teve um efeito agregador: favoreceu as colaborações e as trocas e contribuiu, assim, à valorização do trabalho de equipe e ao desenvolvimento de redes científicas.

Uma fonte rica e complexa

Os manuais representam para os historiadores uma fonte privilegiada, seja qual for o interesse por questões relativas à educação, à cultura ou às mentalidades, à linguagem às ciências... ou ainda à economia do livro, às técnicas de impressão ou à semiologia da imagem. O manual é, realmente, um objeto complexo dotado de múltiplas funções, a maioria, aliás, totalmente desapercebidas aos olhos dos contemporâneos. É fascinante – até mesmo inquietante – constatar que cada um de nós tem um olhar parcial e parcializado sobre o manual: depende da posição que nós ocupamos, em um dado momento de nossa vida, no contexto educativo;

---

[28] Caspard, Pierre. Histoire et historiens de l'éducation en France. *Les Dossiers de l'éducation*, 1988, n° 14-15, p. 9-29.

[29] Chartier, Roger ; Martin, Henri-Jean (Dir.). *Histoire de l'édition française*, Paris : Promodis, 1982-1986 (4 volumes).

[30]. Fouché, Pascal (Dir.). *L'Edition française depuis 1945*. Paris : Editions du Cercle de la Librairie, 1998.

[31] Sobre este aspecto, ver as Atas do Colóquio « Les mutations du livre et de l'édition dans le monde du XVIIIe siècle à l'an 2000 », que ocorreu em Sherbrooke (Québec), de 9 a 13 de maio 2000 (no prelo); Michon, Jacques et Mollier, Jean-Yves (DIR) *Les mutations du livre et de l'édition du XVIIIe siècle à l'na 2000*. Québec: Les Presses de l'Université Laval; Paris: L'Harmattan, 2001. 597p.

definitivamente, nós só percebemos do livro de classe o que nosso próprio papel na sociedade (aluno, professor, pais do alüno, editor, responsável político, religioso, sindical ou associativo, ou simples eleitor,...), nos instiga a ali pesquisá-lo.

Nisso pode residir o principal contributo da análise histórica: porque ele se esforça em lançar um olhar distanciado, livre de contingências, sem polêmicas, o historiador pode distinguir e colocar em relação as diversas facetas desse objeto extremamente complexo que é o livro escolar. O manual está, efetivamente, inscrito na realidade material, participa do universo cultural e sobressai-se, da mesma forma que a bandeira ou a moeda, na esfera do simbólico. Depositário de um conteúdo educativo, o manual tem, antes de mais nada, o papel de transmitir às jovens gerações os saberes, as habilidades (mesmo o "saber-ser") os quais, em uma dada área e a um dado momento, são julgados indispensáveis à sociedade para perpetuar-se. Mas, além desse conteúdo objetivo cujos programas oficiais constituem a trama, em numerosos países, o livro de classe veicula, de maneira mais ou menos sutil, mais ou menos implícita, um sistema de valores morais, religiosos, políticos, uma ideologia que conduz ao grupo social de que ele é a emanação: participa, assim, estreitamente do processo de socialização, de aculturação (até mesmo de doutrinamento) da juventude. É, igualmente, um instrumento pedagógico, na medida em que propõe métodos e técnicas de aprendizagem, que as instruções oficiais ou os prefácios não poderiam fornecer senão os objetivos ou os princípios orientadores. Enquanto objeto fabricado, difundido e "consumido", o manual está sujeito às limitações técnicas de sua época e participa de um sistema econômico cujas regras e usos, tanto no nível da produção como do consumo, influem necessariamente na sua concepção quanto na sua realização material.

Mas se os manuais constituem, para o historiador, uma fonte privilegiada, não é somente pela riqueza e pela multiplicidade de olhares que ele pode impelir sobre eles.

Em primeiro lugar, o livro de classe situa-se na articulação entre as prescrições impostas, abstratas e gerais dos programas oficiais – quando existem – e o discurso singular e concreto, mas por natureza efêmero, de cada professor na sua classe. O manual constitui um testemunho escrito, portanto permanente, infinitamente mais elaborado, mais detalhado, mais rico que as instruções que supõe preparar.

Seja qual for a importância que concedermos aos manuais, eles não constituem uma fonte isolada: os regulamentos escolares, os programas e instruções, os debates divulgados na imprensa de opinião ou nas revistas profissionais, os outros instrumentos (cadernos, cartas murais, ...), mas

também as outras produções contemporâneas destinadas à juventude fora do âmbito propriamente escolar, constituem, do mesmo modo, meios de desvelar os contextos institucionais, políticos, científicos, culturais, religiosos, pedagógicos, etc. de sua concepção, sua produção e seus usos. Nota-se, aliás, que antes de se interessar pelo recenseamento dos manuais escolares, os historiadores geralmente se preocupam em inventariar os programas de ensino. Em muitos países, como na Bélgica, na França, na Itália ou em Portugal, o inventário (e a análise) da imprensa pedagógica, isto é, das publicações periódicas destinadas aos professores ou às famílias, precedeu o dos livros de classe.

O manual se inscreve na continuidade: salvo no caso em que uma disciplina venha a ser suprimida dos programas, a produção dos manuais não se esgota jamais: novas obras substituem as edições julgadas obsoletas – esta é a regra nos países que têm uma edição de Estado – ou estabelecem uma concorrência com produtos mais antigos, fartamente reeditados. Mas essas reedições não se justificam somente pela renovação das novas gerações e pelo desgaste material das obras: a reedição não conduz necessariamente a repetitividade. A semelhança dos títulos não encobre necessariamente um conteúdo idêntico e as modificações trazidas ao texto ou à iconografia não ocorrem somente por ocasião de mudanças do programa.

À condição de serem efetivamente acessíveis, os manuais constituem, por um período dado, um corpus relativamente homogêneo em que cada elemento pode ser, a maioria das vezes, datado com uma grande precisão e o qual é muito fácil isolar dos subconjuntos coerentes (uma disciplina, um nível, um período, uma editora,... ou uma combinação desses diversos critérios); é possível então explorá-los segundo os métodos de análise ou dos tratamentos estatísticos comparáveis.

Os manuais prestam-se, portanto, muito particularmente ao estudo serial. Direcionando seu olhar aos manuais, o historiador pode, assim, observar, a longo prazo, a aparição e as transformações de uma noção científica, as inflexões de um método pedagógico ou as representações de um comportamento social; pode, igualmente, colocar sua atenção sobre as evoluções materiais (papel, formato, ilustração, paginação, tipografia, etc.) que caracterizam os livros destinados às classes.

Em uma lógica mais especificamente econômica, os manuais constituem um produto cultural claramente identificado que se inscreve em um mercado que pode apresentar, segundo o país, características diversas – até mesmo ser um monopólio de Estado -, mas que, *in fine*, não é extensível, a escolha de uma obra exclui todos os seus eventuais concorrentes. O historiador pode, assim, prender-se às condições de sua produção, de sua

difusão, à história das empresas que contribuíram e ao papel, mais ou menos essencial, que tiveram os poderes públicos.

Se nos colocarmos em uma perspectiva mais propriamente pedagógica, os manuais podem igualmente constituir um indicador precioso da atividade dos alunos: o historiador pode assim interrogar-se sobre os usos dos manuais, estudando, por exemplo, as anotações ou os grafites que pode comportar; pode interrogar-se, mais detalhadamente, sobre a delicada questão de sua recepção, até mesmo de sua suposta "eficácia".

Enfim, os manuais constituem um objeto de pesquisa que se presta particularmente aos estudos comparados. Certamente, o livro de classe pode ser – e é quase sempre – vetor de uma certa idéia nacional, e mesmo de um nacionalismo exagerado. É, além disso, em um quadro nacional que se inscrevem discursos oficiais e polêmicos; também é nessa perspectiva que se orientam espontaneamente a maioria das pesquisas, em certos países[32], consagrando um mesmo capítulo especial às especificidades regionais ou locais. Entretanto, a literatura escolar não é imune a influências exteriores: copia sistemas de controle da produção ou difusão, traduções ou adaptações de obras, da instalação de empresas ou de filiais. Assim, os manuais transcendem, paradoxalmente, as fronteiras nacionais: mesmo a afirmação de uma identidade nacional, à primeira vista singular, irredutível, apoia-se em procedimentos comuns, na verdade copiados, cabe ao historiador estudar a emergência ou dar prosseguimento. Acontece o mesmo com os métodos, textos, ilustrações, paginações, estratégias editoriais, métodos de fabricação. Os manuais constituem, desse modo, referências que permitem ao historiador reconstituir os canais de propagação das idéias e as vias de circulação dos capitais.

Algumas orientações recentes

O fato mais relevante desse último quarto de século não reside no crescimento e na diversificação dos estudos que se interessam pelos manuais antigos sob um ângulo ideológico ou sociológico, mesmo se a proliferação de publicações recentes possa deixar a imaginar. A análise da produção científica recente revela várias tendências fortes: primeiramente, caracteriza-se pela aparição e pelo desenvolvimento de trabalhos que, mesmo permanecendo fiéis aos métodos clássicos de análise de conteúdo, investem nas disciplinas, nos níveis de ensino ou nos setores, até então

[32] É, por exemplo, o caso da Espanha, onde a pesquisa leva em conta as particularidades da história dos manuais catalãs, galícios e bascos. Ver Escolano Benito, Agustín (Dir.). *Historia ilustrada del libro escolar en España*. Madrid : Fundación Germán Sánchez Ruipérez., 1997-1998, 2 vol. de 650 & 570p.

negligenciados; e numerosos trabalhos inscrevem-se em novas perspectivas, nas quais o manual é somente visto como um produto cultural elaborado, fabricado, comercializado, consumido em um contexto dado. São, assim, abertos pela iniciativa de pesquisadores isolados ou no contexto dos programas nacionais ou internacionais, uma grande série de campos que contribuem a escrever, a prazo, uma história globalizante da literatura escolar: inventário historiográfico[33], recenseamento da produção nacional[34], identificação dos fundos disponíveis[35], evolução dos quadros legislativos e dos regulamentares[36], inventário e histórico das editoras escolares[37], história econômica do setor editorial, sociologia dos autores de

[33] Assim, no Brasil : Universidade Estadual de Campinas. *O que sabemos sobre livro didático : catálogo analítico*. Campinas : Editora da UNICAMP, 1989. 256p. ; na França : Choppin, Alain (Dir.). *Les manuels scolaires en France de 1789 à nos jours. Tome 7. Bilan des études et recherches*. Paris : INRP, 1995, 159p. ; no Canadá : Aubin, Paul. *Le manuel scolaire dans l'historiographie québécoise*. Sherbrooke : GRELQ, 1997, 151p. (Complément : www.bibl.ulaval.ca/ress/manscol/pubrec.html).

[34] Muitos projetos, em que a ambição é recensear, de maneira exaustiva toda ou parte da literatura escolar nacional, foram lançados a partir da metade dos anos 70, a maioria resultou em publicações: na Bélgica, a iniciativa das Universidades de Gand e de Louvain ;na Hungria, a da Orzagágos Pedagógiai Könyvtárés Múzeum de Budapest; no Quebec, a da Universidade de Laval ; na França, Institut national de recherche pédagogique (programa *Emmanuelle*) ; em Ontário, na Universidade de Ottawa (programa *Mascofo*) ; na Espanha, o UNED (programa *Manes*, que congrega a maioria das universidades espanholas e, hoje, numerosas universidades da América Latina, envolvidas no recenseamento de suas produções nacionais respectivas); em Portugal, pela Universidade do Minho de Braga (programme *Eme*) ; no Brasil, em diversos centros de pesquisa, entre eles a Universidade de São Paulo; na Alemanha, em torno do Georg-Eckert-Institut de Braunschweig ; na Itália, a iniciativa da Universidade de Turin ; etc. também encontramos outras iniciativas, mais limitadas.

[35] É o caminho adotado pela maioria dos países, para salvaguardar o que ainda for possivel...

[36] Parvin, Viola Elizabeth. Authorization of textbooks for the schools of Ontario, 1846-1950. [Toronto] : Published in association with the Canadian Textbook Publishers' Institute by University of Toronto Press, [1965], 161 p. ; Müller, Walter. Schulbuchzulassung. Zur Geschichte und Problematik staatlicher Bevormundung von Unterricht und Erziehung. Kastellaun : A. Henn, 1976 ; Masafumi, Kajiyama. kindai nihon kyôkashoshi kenkyû - meijiki kentei seido no seiritsu to hôkai [=Pesquisas sobre a história dos manuais escolares do Japão contemporâneo - O « sistema de manuais autorizados » da época Meiji : da sua instauração à sua derrocada], Kyoto : Minerva shobô, 1988, 416p. ; Choppin, Alain (Dir.). Les manuels scolaires en France de 1789 à nos jours. Tome 4. Textes officiels 1791-1992, présentés par Alain Choppin et Martine Clinkspoor. Paris : INRP ; Publications de la Sorbonne, 1993. 591p. ; Koulouri, Christina ; Venturas, Ekaterini. Les Manuels scolaires dans l'Etat grec, 1834-1937, *Histoire de l'éducation*, n° 58, mai 1993, p. 9-26 ; Bittencourt, Circe Maria fernandes. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*.São Paulo: USP/FFCH, 1993. 369 p.; De Leonardis, Patrick ; Vallotton, François. Législation, politique et édition au XIXe siècle : le cas des manuels d'histoire dans le canton de Vaud, *Revue historique vaudoise*, 1997, p. 19-56 ; Villalaín Benito, José Luis. Manuales escolares en España. Tomo I. Legislación (1812-1939). Estudio preliminar de Manuel de Puelles Benítez. Madrid : UNED, 1997. 392p. ; etc. Um trabalho sobre a história da regulamentação é atualmente preparado na Itália, sob a direção de Giorgio Chiosso, da Universidade de Turin.

[37] Um inventário sistemático está em curso na França dentro do programa de pesquisa Emmanuelle. O banco de dados (13.000 referências hoje), acessível a partir de agosto de 2001 no site do INRP: http:///www.inrp.fr. Um programa de envergadura também foi lançado na Itália, por iniciativa da Universidade de Turin (ver Chiosso, Giorgio (a cura di). *Il Libro per la scuola tra Sette e Ottocento*. Brescia : Editrice La Scuola, 2000, 424p.). Depois de alguns anos multiplicam-se as pesquisas sobre a história de uma editora escolar particular (especialmente na França, na Espanha, na Itália, no Brasil, no México, etc.).

manuais, evolução da estrutura de produtos, análise de sua difusão e de sua recepção, etc.[38]

Vemos, assim, depois de uns vinte anos, coexistir duas concepções de pesquisa histórica sobre os manuais escolares:

Uma, inscreve-se em uma longa tradição, liga-se a uma corrente historiográfica que vê o manual como um documento histórico entre outros. O principal interesse em analisar os conteúdos dos livros escolares reside, então, como assinala, de imediato, a maioria dos pesquisadores, na influência que teriam exercido na formação das mentalidades. Exaustivamente afirmada, mas jamais provada, a "eficácia" dos manuais constitui-se hoje como objeto de um debate controverso. Até os anos 1980, era correntemente admitido, pela comunidade dos historiadores, que os manuais tinham um efeito importante na formação das jovens gerações. Tomitarô Karasawa não hesita, ao lançar a monumental obra que, em 1956, trata da história dos manuais escolares japoneses, em afirmar que "são os conteúdos dos manuais que forjaram os japoneses"[39]. É, aliás, a aceitação desse postulado que, de um lado, explica o controle cerrado exercido por vários Estados sobre seus manuais nacionais, e que, por outro lado, fundamenta a legitimidade de todas as inciativas tomadas depois do fim do século XIX, pela comunidade científica internacional, visando a extirpar dos manuais todos os esteriótipos ou representações atentatórias à dignidade do outro. Portanto, parece que alguns estudos recentes, sobre esse campo, levam a relativizar o papel tradicionalmente atribuído ao manual.[40]

A outra, que aparece a partir dos anos 1980, repousa sobre uma concepção "ecológica" da literatura escolar - visa apreender o manual no contexto global, e, especialmente, dar novo contexto ao seu "discurso": o livro de classe não é mais então considerado, em um processo escandalosamente redutor, como resultado de um processo intelectual (ou editorial), como depositário de um conteúdo, mas como um instrumento de ensino indissociável do emprego para o qual foi criado (ou do emprego que dele tenha sido feito). Porque são geralmente os estudantes – mas também, às vezes, os universitários – que não têm um conhecimento íntimo das realidades do ensino primário ou secundário, nem das profissões ligadas à

[38] Sobre a evolução da pesquisa depois dos anos 70 e sobre as tendências atuais, ver Choppin, Alain. « L'Histoire de l'édition scolaire en France aux XIXe et XXe siècles : bilan et perspectives ». *Annali di storia dell'educazione e delle istituzioni scholastiche*, 4 (1997), p. 9-32. Ver também, do mesmo: L'histoire du livre et de l'édition scolaire dans le monde : vers un premier état des lieux, *in* Actes du XXIIe Congrès de l'ISCHE (Alcala de Henares, septembre 2000), a ser editado no próximo número da revista *Paedagogica Historica*.

[39] Karasawa, Tomitarô. *kyôkasho no rekishi - kyôkasho to nihonjin no keisei* [História dos manuais escolares – os manuais escolares e a "formação" dos japoneses]. Tokyo : Sôbusha, 1956. 882p.

[40] Ver, entre outros, os trabalhos de Christophe Caritey, no Canada, os de Antoon de Baets nos Países Baixos ou os de Kajiyama Masafumi, no Japão.

edição e de suas dificuldades, o tema de certas pesquisas pode algumas vezes, fazer sorrir: assim, na perspectiva tradicional que reconhece os livros de classe como instrumentos poderosos da formação de mentalidades, analisar minuciosamente a representação de um acontecimento ou de um tema, que aparece tão somente nos últimos capítulos dos manuais, tem verdadeiramente sentido, quando sabemos que os professores raramente acabam o programa? Da mesma maneira, dissertar sobre a escolha do corpus textual ou iconográfico, desconsiderando as questões ligadas à propriedade literária e à aquisição dos direitos de reprodução, pode conduzir a conclusões incertas.

Enfim, porque o manual é visto tradicionalmente como um símbolo da identidade nacional, as pesquisas sobre o livro e a edição escolares dificilmente saem – mesmo quando adotam uma perspectiva comparativa – do contexto nacional. Se a imensa maioria dos trabalhos contemporâneos não foge sempre dessa visão endógena, especialmente nos países que mantêm, por diversas razões, o culto da identidade nacional, vemos, porém multiplicar-se há alguns anos pesquisas, que se interessam pela circulação de capitais e de idéias: o estudo das estratégias econômicas das editoras, a análise dos acervos pedagógicos especializados, como os das bibliotecas das escolas normais, o estudo crítico minucioso dos produtos (comparação das ilustrações, dos textos, da paginação, da tipografia dos manuais, etc.) visam colocar em evidência influências e empréstimos.

A necessidade de um quadro metodológico

A extensão e a diversificação do campo e das perspectivas da pesquisa histórica, que caracterizam esses últimos vinte anos, é acompanhada da conscientização da necessidade de definir quadros metodológicos precisos e aceitáveis para todos. G.H. Harper escreveu em 1980: *« The most practicable way of achieving [a good standard of scholarship] seem to be the preparation of a comprehensive and balanced guide to textbook research. This would present useful information, the variety of approaches possible in textbook research, and the principle problems encountered »*.[41]

O universo dos manuais escolares é freqüentemente considerado como um dos principais campos de manipulação nos quais atuam os jovens

[41] " O modo mais viável de atingir-se (um bom padrão de escolaridade) parece ser a preparação de um guia abrangente e equilibrado de pesquisa de manuais. Ele nos apresentaria informações úteis, variedade de abordagens possíveis em pesquisa com manuais e os principais problemas encontrados". Harper, G. H., *op. cit.*, p. 37-38

pesquisadores. Não é, talvez, inútil tratar aqui, rapidamente e sem uma ordem preestabelecida, alguns pontos do método[42]. Essas observações, resultado de discussões com estudantes e a leitura crítica de seus trabalhos, dizem respeito essencialmente às análises de conteúdo que constituem ainda o melhor da produção acadêmica; sem nenhuma pretensão à exaustividade.

A amostragem

Levando em consideração a abundância da produção e das numerosas edições, o pesquisador, que empreende a análise de um corpus, limita-se, geralmente, por obrigação material ou por escolha, à análise de uma amostra. O mais freqüente, deseja deter-se somente nos manuais "os mais utilizados", mas não pode conhecer a quantidade de tiragem. É a associação de quatro critérios que podem, então, lhe dar uma indicação sobre a difusão de um livro escolar: a duração da vida editorial (diferença entre as datas da última e da primeira edição); o número de edições declaradas (mas a estratégia dos diferentes editores não é idêntica e a realidade das edições anteriores não é sempre assegurada); o número das edições indicadas pelas bibliografias; e, por fim, o número de exemplares conservados. Tal escolha é legítima, mas é preciso estar consciente do que isso implica: esse tipo de técnica de amostragem só ser justificada sob um ponto de vista econômico (produção e difusão) ou na hipótese – tradicional – de uma influência dos manuais sobre a formação das mentalidades. Ao contrário, sob o ponto de vista da produção intelectual, levar também em conta os menos utilizados poderia por em evidência inovações, que são geralmente imperceptíveis, que digam respeito aos conteúdos, aos métodos às estratégias pedagógicas, à paginação ou à tipografia, etc.; isso exposto, é necessário ser realista e convincente nas argumentações metodológicas que visam legitimar, definitivamente o uso único de alguns manuais que puderam ser encontrados (o que, se conhecer a história do acervo, também é significativo).

As condições regulamentares, técnicas e econômicas

O grau de liberdade desfrutado pelos autores para conceber e redigir suas obras é um elemento essencial para caraterizar a mensagem veiculada

[42] O estudo do manual necessita que se tome algumas precauções. *Cf.* Caspard, Pierre. De l'horrible danger d'une analyse superficielle des manuels scolaires, *Histoire de l'éducation*, 21 (janvier 1984), p. 67-74 ; Choppin, Alain. *Les Manuels scolaires : histoire et actualité*. Paris : Hachette Éducation, 1992, p. 198-200.

pelo manual. O manual pode divulgar discursos muito diferentes, segundo as épocas e/ou os países: pode ser o produto da livre concorrência entre as empresas privadas, que permitem a expressão de concepções diversas, até mesmo opostas; pode, ao contrário, se a administração exercer um controle a priore, representar e desenvolver, mais ou menos fielmente, o discurso da instituição; pode também, nos países totalitários, reduzir-se. O estudo dos manuais é, aliás, indissociável da análise das limitações técnicas que presidem a sua realização material e da consideração dos circuitos econômicos e comerciais nos quais se insere, em uma dada época, sua produção e difusão. A própria redação de um manual não é "um puro ato pedagógico"; constitui um compromisso entre preocupações e imperativos de natureza diversa, didática e pedagógica, certamente, mas também técnica, financeira, estética, comercial....

A defasagem temporal

Um manual é o produto de uma época, mas seu sucesso editorial, atestado pela sua longevidade e pelas suas numerosas reedições, o mais seguidamente sem modificações, e seu reemprego nas classes implica uma defasagem no tempo que pode ser considerável. É essencial ter em conta, visto que coexistem nas classes, na mesma época, reedições de obras respeitáveis e novidades. Na medida em que o principal interesse comercial do manual reside na sua longevidade, ele imobiliza efetivamente a realidade que descreve e a lógica econômica não faz mais que acrescentar a diferença inerente a todo manual entre o saber sabido e o saber ensinado, entre a realidade social e a imagem que é apresentada. Tal defasagem leva, aliás, ao anacronismo. A mais freqüente diz respeito às mentalidades e não é raro que pesquisadores emitam, sem o saberem, um julgamento retrospectivo sobre os manuais que veiculam mensagens racistas, antifeministas, ou, de uma maneira mais geral, opiniões pouco compatíveis com os valores pregados na sua sociedade. Mas há outras manifestações, não menos perversas, deste anacronismo: assim, a análise ou a crítica de uma teoria científica, exposta em um manual, deve fazer referência unicamente a elementos cujos autores podiam ter conhecimento no momento da redação da obra, e não àqueles que dispomos hoje.

O manual como imagem, o manual como espelho

Os autores de manuais não pretendem somente descrever a sociedade, mas também transformá-la, o manual apresenta uma visão deformada, limitada, até mesmo idílica da realidade: constituindo uma purificação. Tende, por razões de ordem pedagógica, à esquematização, chegando até a inexatidão por simplificação ou por omissão, especialmente quando se destinam aos níveis menos elevados. O manual funciona assim, ao mesmo tempo, como um filtro e como um prisma: revela bem mais a imagem que a sociedade quer dar de si mesma do que sua verdadeira face. O manual impõe uma hierarquia no campo dos conhecimentos, uma língua e um estilo. Se um livro de classe é necessariamente redutor, as escolhas que são operadas por seus idealizadores tanto nos fatos como na sua apresentação (estrutura, paginação, tipografia, etc.) não são neutras, e os silêncios são também bem reveladores: existe dos manuais uma leitura em negativo!

O que os manuais pretendem mostrar tem, por isso, menos interesse para o historiador do que a maneira como são feitos. Estudar, por exemplo, a imagem que os manuais americanos apresentam dos Negros, apreende-se bem mais sobre a sociedade americana contemporânea que sobre os próprios Negros, pois o discurso sobre o Outro remete uma certa imagem daquele que a tem.[43] Há, portanto, nos manuais também uma leitura em espelho! Mas o que é "marcante", não é somente a escolha dos textos e das ilustrações, mas os procedimentos retóricos, os questionamentos, as definições, a paginação ou a tipografia.

O manual como instrumento

Aqui, sem dúvida, está a especificidade do objeto manual. Um manual não é um livro que lemos, mas um instrumento que usamos. A complexidade do manual – e por conseqüência de sua análise – vem do fato que ele assume funções múltiplas (e, com o passar do tempo, são mais e mais numerosas[44]) junto aos diversos destinatários (alunos, professores, famílias, ...) cujas expectativas variam segundo os momentos (professor preparando sozinho o seu curso, professor lecionando, etc.). É a tomada de

[43] Carpenter, Marie Elizabeth (Ruffin). The treatment of the Negro in American history school textbooks ; a comparison of changing textbook content, 1826 to 1939, with developing scholarship in the history of the Negro in the United States. Menasha (Wisconsin) : George Banta Publishing Company, 1941, 4-137 p.
[44] Podemos ainda isolar mais de vinte funções nos manuais escolares franceses contemporâneos.

consciência da dimensão dinâmica do manual (ele só existe, em definitivo, pelos usos que dele fazemos!) o que falta à maioria dos trabalhos de análise. Se essa observação parece evidente quando olhamos os manuais modernos , cuja estrutura espetacular não possibilita mais uma leitura continuada, ela também não é mais sem objeto quando nos interessamos pelos manuais mais antigos. O percurso linear que propõem não exclui de maneira alguma que sejam atribuídos aos textos ou às ilustrações status diversos, isto é, funções didáticas especiais: se essa diferenciação era então mais freqüentemente explícita ("Questões", "Exercícios", "Resumo", ...), poderia também ser identificada pela paginação ou por características tipográficas recorrentes, em uma palavra, pelo paratexto. Evidentemente, em um manual, tudo não figura no mesmo plano[45], desconhecer ou negligenciar a dimensão didática dos manuais, compromete a validade das conclusões de muitas análises de conteúdo.

* * *

Por um lado, a onipresença dos livros escolares e o peso econômico que representa esse setor na paisagem editorial destes dois últimos séculos; por outro lado, a complexidade do manual escolar como produto cultural e editorial justificam amplamente o interesse crescente que lhe destinam os historiadores, há mais de vinte anos, no mundo inteiro. Mas, para que esse trabalho científico seja de qualidade, duas condições devem ser observadas:

• inicialmente, um trabalho de coleta e de tratamento sistemático das fontes: é preciso empreender ou proceder a constituição e ao desenvolvimento de grandes instrumentos de pesquisa, monografias de editoras, repertórios de textos oficiais ou bancos de dados bibliográficos, e colocá-las, tanto quanto possível, à disposição da comunidade científica através da internet.

• em segundo lugar, um trabalho de reflexão metodológica: uma das características essenciais da pesquisa sobre o livro e edição escolares é sua interdisciplinariedade, no sentido amplo, e um dos principais perigos aos quais se expõe qualquer pesquisador, trabalhando só, isolado é de dar a uma realidade complexa uma análise reducionista, até mesmo errônea. Então, se o manual é o produto de competências diversas, por que não seria o mesmo para a pesquisa que o toma como objeto?

---

[45] Van Leeuwen, Theo. The Schoolbook as a Multimodal Text, Internationale Schulbuchforschung. Zeitschrift des Georg-Eckert-Instituts, 14, 1992, 1, p. 35-58.

Alain Choppin é Maître de Conférences en Histoire de l´éducation. Université Paris 5 – René Descartes; responsável de pesquisa no Institut National de Recherche Pédagogique/Service d´histoire de l´éducation (URA CNRS 1397). Coordena o programa de pesquisa *Emmanuelle*. 29, rue d´Ulm 75230 Paris Cedex 05 (França).
E-mail: achoppin@inrp.fr

Maria Helena Camara Bastos é Doutora em História e Filosofia da Educação pela USP. Professora Titular em História da Educação no PPGEDU/UFRGS. Pesquisadora do CNPQ.
E-mail: mbastos.voy@zaz.com.br